

Identificação de acervos artísticos e culturais procedentes de comunidades e artistas negros: por uma educação patrimonial antirracista

Thiago Henrique Mota

Professor de História da África

Departamento de História, Universidade Federal de Viçosa

Apresentação

Neste projeto, propomos desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão através da identificação e divulgação de produções culturais e artísticas elaboradas por comunidades e artistas negros do Brasil, da diáspora africana e da África. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: como a produção artística e cultural de expressão negra é compreendida no campo teórico e prático da educação patrimonial? Como hipótese, partindo de trabalhos já realizados (PASSOS et al., 2016), sugere-se que o campo de estudos do patrimônio e da prática patrimonial ainda é marcado por um viés racista, que coloca culturas e expressões procedentes de sujeitos negros em lugares subalternos. Diante disso, aponta-se a necessidade de conhecer as contribuições de sujeitos negros no campo das artes, cultura, história e formas de expressão, de forma a permitir seu reconhecimento por parte da população que, muitas vezes, limita-se a uma concepção de patrimônio regida pela arquitetura “de pedra e cal”. Este elemento, por sua vez, reivindica um passado racializado, correspondente à experiência histórica de setores brancos da população.

Por isso, esta pesquisa visa à ampliação do reconhecimento público de outras memórias e produtos culturais representativos da experiência histórica do segmento negro da população brasileira. Assim, tem-se como objetivo promover estratégias para educação patrimonial com foco nas relações étnico-raciais, por meio de diálogos entre História, Arte e Cultura. Assim, busca-se 1. identificar e valorizar os artistas negros e suas obras, as práticas culturais de comunidades negras e o papel de ambos na constituição das identidades e culturas locais, regionais e nacionais; 2. produzir um catálogo seletivo sobre Artes Negras, de expressão material e imaterial; e 3. elaborar materiais de apoio didático para professores de educação básica, com o intuito de facilitar o trabalho docente no ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e seu diálogo com a educação patrimonial. Ao integrar atividades de pesquisa, extensão e ensino, esta proposta busca potencializar a

educação das relações étnico-raciais por meio do reconhecimento e acesso a fontes, estudos e metodologias de trabalho para na educação básica, favorecendo o reconhecimento da pluralidade de expressões que constituem os diversos segmentos do patrimônio cultural no Brasil, tanto material quanto imaterial.

No ano de 2018, a UFV teve seu primeiro concurso para professor de História da África. Desde então, o professor tem sido requisitado dentro da universidade para diversas demandas: ministrar palestras sobre religiões africanas, participar de debates sobre racismo e educação, discutir propostas para o ensino de História na Base Nacional Comum Curricular, promover oficinas sobre relações raciais. Além das demandas institucionais, há grande procura por parte dos estudantes, carentes de orientação em pesquisas sobre relações raciais, história e cultura africana, formas de trabalhar temas relacionados à presença africana e afrodescendente no Brasil, na educação básica. Disto surgiu a ideia de produzir materiais paradidáticos que auxiliassem a graduação em História, na formação de professores, e a atuação docente, apresentando novas possibilidades de pesquisa e ensino que excedessem o paradigma clássico da presença africana e negra no Brasil: escravidão, pobreza, violência. Neste sentido, identificar as expressões culturais de comunidades negras como patrimônios e analisar as obras de artistas negros, suas formas de ver o mundo e de construí-lo, mostraram-se perspectivas ricas, promovendo uma educação patrimonial antirracista com outro olhar para os corpos, estéticas e ideias negros.

A ideia inspiradora deste projeto parte da obra *A mão afro-brasileira*: significado da contribuição artística e histórica, organizada por Emanuel Araújo (2010), e o catálogo *Histórias afro-atlânticas*, organizado por Adriano Pedrosa e Tomas Toledo, referente à exposição homônima que aconteceu no Museu de Arte de São Paulo, em 2018. Nestes trabalhos, o curador do Museu Afro-Brasil, Emanuel Araújo, e os curadores da exposição no MASP, Adriano Pedrosa, Ayrson Heráclito, Hélio Menezes, Lilia Moritz Schwartz e Tomas Toledo, apresentam vasta contribuição de artistas negros na constituição do campo das Arte Visuais no Brasil e na bacia atlântica, mobilizando muitas peças de acervos particulares, do próprio Museu Afro-Brasil, do Museu Nacional de Belas Artes, de peças religiosas presentes em igrejas espalhadas pelo Brasil e outras instituições, nacionais e estrangeiras. Ao apresentar este material para estudantes e pesquisadores, geralmente nota-se o espanto: ora não se sabia que os criadores de peças conhecidas eram negros, ora não se sabia que havia tantos artistas negros, no Brasil e no mundo.

Ambas as reações possuem o desconhecimento como ponto de contato. Isto levou-nos à questão: quantas obras e quais artistas negros encontram-se expostos e esquecidos nos museus do mundo? Quais expressões culturais imateriais de raiz negra (celebrações, conhecimentos, modos de fazer) são elementos constituintes de identidades sociais no Brasil e tem sido negligenciados pelas políticas patrimoniais, que não os reconhecem enquanto tal? Quais os valores atribuídos pelas comunidades a estes conhecimentos? Como o resgate dessas contribuições pode fortalecer a experiência estética, artística e patrimonial a ser oferecida aos estudantes da educação básica? Mais que isso: como as obras dos artistas negros, suas biografias, a musealização de seus trabalhos e a cultura viva de expressão popular negra podem ser fontes para o estudo da história dos negros no Brasil? Por fim, qual o impacto desta medida na caracterização do patrimônio? Estas questões buscam novas respostas à demanda colocada pela lei 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

Fundamentação teórica e justificativa

O estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira é uma determinação legal estabelecida pela Lei 10.639/2003. No entanto, tal reivindicação é pauta antiga de diversos movimentos negros no Brasil, datando desde pelo menos a década de 1970 (PEREIRA, 2011). A reavaliação do papel do negro na construção social, cultural, econômica e política do Brasil tem sido apontada como uma demanda social que, mais do que reparar um apagamento histórico, possibilita uma reconciliação psicológica da nação (KALY, 2013). Isso significa que, no Brasil, o enraizamento da teoria de uma suposta democracia racial naturalizou estruturas sociais racializadas e hierarquizadas, nas quais sujeitos brancos e negros têm visões descompensadas da realidade, baseadas em estruturas excludentes e em privilégios passados através das gerações. Por um lado, o sentimento de superioridade autoatribuído por parte da população branca, que reivindica seu direito *quasi* natural a melhores postos de trabalho e remuneração, advém da compreensão de privilégios sociais como condições naturais: por se entenderem *naturalmente* mais capazes. Por outro lado, a exclusão social da população negra, relegada a trabalhos de menor prestígio, menor remuneração e piores condições de vida, tende a ser compreendida como resultado *quasi* natural da inferioridade atribuída ao negro. Esta compreensão da sociedade, a partir da desigualdade histórica de acesso à base material da vida, orienta o

conjunto de representações que brancos e negros fazem de si e do outro, justificando a reprodução, no campo das artes, de papéis atribuídos a negros como empregados domésticos, escravos, criminosos ou população carcerária.

Modificar as condições materiais de existência da população negra, através da universalização de direitos, acesso a serviços básicos como saúde, transporte e educação, plenas condições de emprego e progresso profissional são elementos fundamentais na transformação deste quadro social. Ao lado deste processo, por vezes potencializando-o, é necessária uma nova visão da contribuição da população negra na constituição da história e do patrimônio brasileiros. Isso significa produzir um outro olhar sobre o corpo, as ideias e as expressões negras. Neste sentido, a proposta do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira não se caracteriza por um acréscimo de conteúdo nas aulas de história, artes, literatura, geografia. Antes, trata-se de uma nova forma de pensar os temas que constituem essas disciplinas, num processo de descolonização dos currículos (GOMES, 2012). Uma educação decolonial, preocupada com a diversidade como elemento constitutivo da história, possibilita novo olhar sobre a realidade social. Este é o espírito desta proposta: inserir as comunidades e os artistas negros no campo da experiência estética, histórica e cultural brasileira, considerá-los como eixos estruturadores das Artes e da constituição do Patrimônio no Brasil e trabalhar suas produções como fontes para o ensino de uma História decolonial. Isto possibilita retirar a pecha da representação dos negros enquanto escravos, pobres ou criminosos e compreender sua contribuição histórica e artística, seu lugar enquanto sujeito criador.

Esta atividade, mais do que um resgate de autoestima, implica uma transformação nos currículos de História da educação básica. Conforme argumentam Angela Figueiredo e Ramón Grosfoguel (2009), o racismo vivido no Brasil decorre da estruturação de uma sociedade marcada pelo regime de colonialidade. As independências políticas vividas na América Latina foram marcadas por processos de colonização doméstica: elites eurodescendentes deram continuidade às estruturas de dominação criadas pelos estados coloniais europeus, aplicadas contra a população majoritária residente nos territórios que herdaram: negros e indígenas. No Brasil, a continuidade colonial no pós-independência é flagrante, uma vez que o governante do jovem país era o mesmo herdeiro do trono português. A colonialidade posterior à emancipação regeu as estruturas sociais, marcadas por poderes instituídos ocupados com a garantia do controle da elite branca sobre a massa

da população preta, parda e indígena. No campo do patrimônio, tal colonialidade implica o não-reconhecimento das contribuições negras e indígenas como elemento de valor, uma vez que, em muitos casos, não são caracterizadas pelo paradigma da “pedra e cal” (PASSOS, et al., 2016)

Neste sentido, cabe lembrar que o próprio Estado brasileiro legislou a favor da proibição do acesso formal da população negra, escrava ou livre, à educação formal, um dos pilares da mobilidade social, do desenvolvimento de consciências e de emancipação política. Durante o império, o decreto 1331/1854 proibia que as escolas públicas fossem acessadas por escravos e estabelecia que a educação de adultos negros livres dependeria da disponibilidade dos professores. Já o decreto 7031-A/1878 determinava que negros livres somente poderiam estudar em período noturno. Trata-se da instituição legal da segregação e da colonização da população nacional, uma vez que um indivíduo livre, negro ou branco, tinha estatuto de cidadão. Eis, portanto, uma forma de cerceamento das liberdades e de limitação das possibilidades tanto de ascensão social quanto de constituição de uma imagem positiva sobre a condição de ser negro no Brasil. É importante destacar que políticas públicas, como as citadas acima, implicam responsabilização do Estado brasileiro diante da desigualdade social e, portanto, é responsabilidade do mesmo Estado produzir novas políticas que visem à reparação das condições de vida degradantes impostas à população negra.

Portanto, nota-se que uma sociedade construída sobre pilares coloniais e que reproduz a colonialidade em suas relações, como a brasileira, possui mecanismos para isso: a educação e, particularmente, o currículo. O currículo do ensino de História é racializado em grande parte: trata-se da construção da nação e das contribuições da população eurodescendente na cultura, na economia, na política, nas artes, na organização social. A presença negra ora aparece exclusivamente na condição submissa, ora na condição de resistente, como um obstáculo à modernização. Neste sentido, concordamos com Nilma Lino Gomes (2012) ao afirmar que a inserção da história e cultura afro-brasileira nos currículos da Educação Básica significa, antes de tudo, uma revisão do currículo. Não se trata de acrescentar um tema no programa: é preciso rever todo o discurso histórico. É preciso pensar a contribuição de sujeitos negros na constituição do país, reconhecer o trabalho assalariado, as ideias trabalhistas de trabalhadores negros (em detrimento da exclusividade daquelas atribuídas aos imigrantes europeus), reconhecer a estética negra de

Aleijadinho, Machado de Assis, Lima Barreto, Abdias do Nascimento, Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Viviane Ferreira. É preciso, assim, romper com a pedagogia do silêncio sobre relações étnico-raciais que impera na educação, apontar a cor dos corpos, reconhecer o corpo negro como lugar de ideias, expressão e criação.

Ao focar a educação patrimonial para as relações étnico-raciais, buscamos destacar a construção social dos conceitos de raça e etnia. Raça não é entendida, aqui, como um conceito biológico: antes, é a perspectiva sociológica que nos interessa. Trata-se da conceituação do corpo negro, racializado por seus traços fenotípicos, como portador de diferenças irreconciliáveis com a ideia de modernidade: dado ao trabalho pesado, inspirador de medos, esteticamente desvalorizado, portador de capacidades menos evoluídas. Perceba-se que o conceito biológico de raça não existe para raças humanas. Contudo, na dinâmica social, pessoas brancas e negras continuam a ser organizadas em categorias sociais racializadas, que atribuem ao físico aspectos morais, psicológicos e intelectuais desiguais. Romper com estes esteriótipos reprodutores de violências é fundamental e, para isso, é preciso valorizar o termo “étnico”, o seja, o reconhecimento das culturas de matriz africana e das experiências negras propriamente brasileiras, bem como seus valores, estéticas, reivindicações de descendência (MUNANGA, 2004).

Como lembra Franz Fanon (1979), nenhuma pessoa branca, hoje, é responsável pelos horrores do tráfico de pessoas negras, a escravização delas e as condições desumanas a que foram submetida, no passado. Entretanto, todas as pessoas brancas, hoje, são herdeiras dos privilégios atribuídos aos brancos e construídos desde o regime escravista negro no Brasil, seja devido à manutenção de heranças dentro das famílias brancas, seja por não serem alvo dos preconceitos raciais que inibem o progresso escolar e profissional de pessoas negras. Assim, ainda que ninguém hoje seja responsável pelo erguimento deste sistema, somos todos responsáveis por combatê-lo, uma vez que usufruir das desigualdades estabelecidas continua sendo um privilégio imoral. Portanto, uma profunda reflexão sobre a educação patrimonial para as relações étnico-raciais leva-nos a concluir que o tema é urgente para o público escolar negro tanto quanto aos estudantes brancos: ambos precisam ser capazes de reconhecer a diversidade de matrizes que compõem a cultura nacional, ter elementos para compreender culturas que podem eventualmente não conhecer e reconhecer a necessidade de se mobilizar pela igualdade de direitos na sociedade em que estão inseridos. Trata-se, pois, de um processo benéfico ao conjunto da sociedade.

De acordo com esta perspectiva, este projeto justifica-se pela necessidade de oferecer aos professores da educação básica materiais adequados ao trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira em diálogo com o campo da educação patrimonial para as relações étnico-raciais. Dentre as ferramentas didáticas disponíveis para trabalhar com este tema, destacamos o uso de fontes em sala de aula, conforme proposta de Verena Alberti (2013). Tais fontes são as peças de arte e as expressões culturais, com crítica histórica e contextualização, objetivando torná-las conhecidas e reconhecíveis como legados de matriz negra. Alberti argumenta que o trabalho com temas como racismo, escravidão e desigualdades deve ser construído a partir da ênfase na diversidade, em detrimento de generalizações. Isso significa apresentar diferentes contextos sociais da experiência escrava no Brasil e no mundo, buscando a empatia dos estudantes brancos e negros, oferecendo-lhes a possibilidade de se pensarem na condição de escravo, geralmente apontada como questão associada apenas ao estudante negro. Além disso, o uso de fontes em sala de aula, associado ao tratamento das questões raciais ao longo de todo o currículo, é ferramenta efetiva apresentada pela pesquisadora, bem como pelo conjunto dos artistas-educadores que discutem o ensino de história e cultura afro-brasileira (FELINTO, 2012).

Diante destas discussões, cabe destacar que nossa proposta é precisamente realizar pesquisas sobre produções artísticas negras, biografias de artistas, reconhecimento de experiências culturais negras e afro-descendentes, além de produzir e disponibilizar materiais didáticos para uso em sala de aula na educação básica, que façam referência a outras perspectivas da experiência negra no Brasil e no mundo. Esta proposta ampara-se numa política curricular fundada na dimensão histórica que busca combater o racismo e discriminação que atingem particularmente os negros. Busca, ainda, garantir-lhes o direito de se reconhecerem na cultura nacional, por meio do reconhecimento da dimensão patrimonial de sua cultura e suas realizações, e de se expressarem, de forma individual ou coletiva (SILVA, 2004).

Ao selecionarmos comunidades e artistas negros e suas obras, consideramos a necessidade de romper com esteriótipos sobre negros no Brasil, trazendo a experiência da diversidade do campo das artes para a sala de aula. Assim, chamaremos professores da cidade para discutir os problemas do ensino, as alternativas que lhes parecem possíveis e, a partir deste diagnóstico, ofereceremos materiais elaborados através do reconhecimento

estético, histórico e artístico das expressões culturais de comunidades e do trabalho de artistas negros. Ademais, a construção de um Catálogo Seletivo com estas obras potencializará a continuidade de pesquisas, atividades de ensino e extensão que ampliem os diálogos entre ensino de história e cultura afro-brasileira, história da arte no Brasil e educação patrimonial para as relações étnico-raciais.

Objetivo Geral

Ao conjugar ensino, pesquisa e extensão, nosso objetivo geral é promover estratégias para a educação patrimonial das relações étnico-raciais, em resposta à lei 10.639/2003, por meio do ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira. O cumprimento deste objetivo dar-se-á através de trabalho interdisciplinar entre História, Artes e demais disciplinas que compõem o grupo das Ciências Humanas, por meio da pesquisa, análise, identificação e divulgação de obras de arte e expressões culturais produzidas por comunidades e artistas negros. A isto soma-se a elaboração de materiais paradidáticos e do catálogo seletivo a partir do material coletado e estudado.

Objetivos específicos

- Fomentar pesquisas de graduação e mestrado em temas referente a manifestações artísticas e culturais africanas e afro-brasileiras;
- Produzir e disponibilizar um catálogo com obras e biografias de artistas negros;
- Favorecer o reconhecimento e a divulgação de seus trabalhos através da democratização do acesso à cultura e expressões artísticas negras, por meio da disponibilização do catálogo em plataformas digitais e mídias sociais (*Instagram*).
- Potencializar uma nova interpretação da história e teoria da arte, no Brasil, considerando a produção artística negra como constituinte do campo, não como anexo deste.
- Contribuir para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira por meio de uma educação patrimonial, reconhecendo acervos, artistas, indicando instituições para visita técnica pelas escolas e da elaborando materiais paradidáticos para uso em sala de aula.
- Facilitar trabalhos de pesquisa posteriores, através da catalogação das obras.

- Ampliar as experiências das/dos estudantes com atividades de ensino, pesquisa e extensão, impactando sua formação por meio do desenvolvimento de novas habilidades profissionais.

Metodologia

A investigação sobre os trabalhos e biografias de comunidades e artistas negros manterá estrito diálogo com os professores para quem este projeto é voltado, com o intuito de reconhecer e contemplar as demandas do ensino de Ciências Humanas na Educação básica. Destaca-se, portanto, que a pesquisa a ser realizada não está dissociada de sua responsabilidade social na construção do conhecimento acessível ao público escolar. A identificação e divulgação dos trabalhos dos artistas negros, com toda a atividade de pesquisa que subsidia este processo junto aos museus e instituições de arte bem como comunidades e suas expressões populares, visa fundamentalmente à difusão de um conhecimento responsável, que contribua para a resolução de problemas sociais, marcadamente o racismo. Já a produção tanto do catálogo seletivo quanto do material paradidático mantêm diálogo próximo com as atividades de ensino e extensão, no ambiente da educação básica, e com a possibilidade de desenvolvimento de novas pesquisas, mormente junto ao bacharelado em História e ao mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, do Departamento de História.

O contato com as instituições museológicas dar-se-á através de comunicações via e-mail, telefone e pesquisa em sites institucionais, para levantamento prévio das obras de arte de artistas negros. As manifestações populares serão mapeadas a partir da proximidade com a cidade de Viçosa, paulatinamente abarcando a Zona da Mata Mineira, o estado de Minas Gerais, o Brasil, a América Latina e o globo, com diálogos constantes com o continente africano. O Desenvolvimento destas investigações está ligado à integração de novos estudantes de graduação e mestrado junto ao projeto e aos interesses específicos emergentes de suas trajetórias pessoais e acadêmicas. A partir deste mapeamento, o catálogo seletivo a ser produzido adiantará o trabalho de outros pesquisadores, favorecendo a ampliação do campo de pesquisa e a continuidade de iniciativas como esta. Este projeto, portanto, busca integrar graduação e mestrado, fomentando a formação científica, ética e crítica das/os estudantes, dispõe do apoio do Departamento de História e ocorrerá no âmbito do laboratório Observatório Africano. O tempo inicial de execução será de três anos

(a partir de março de 2019), com possibilidades de renovação.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In. PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- ARAÚJO, Emanuel. *A mão afrobrasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Museu Afro Brasil, 2010.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003.
- FANNON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FELINTO, Renata (org). *Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: fazeres para professores, fazeres para alunos (religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- FERREIRA, Viviane. *O dia de Jerusa*. Curta metragem. São Paulo, 2014.
- FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racista: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário, *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v.12, n.02, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos, *Currículos sem fronteiras*, v.12, n. 01, 2012.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, 1999.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.
- KALY, Alain Pascal. O ensino da história da África no Brasil: o início de um processo de reconciliação psicológica de uma nação? In. PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, *Cadernos PENESB*, Niterói, n. 5, 2004.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuição à história social do trabalho no Brasil, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.29, n.59, 2016.
- PASSOS, Joana Célia dos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do; NOGUEIRA, João Carlos. O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 57, 2016.

- PEDROSA, Adriano; TOLEDO, Tomás. *Histórias afro-atlânticas*. Vol.1. São Paulo: Instituto Tomie Ohtake/MASP, 2018.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, *Cadernos de História*, v.12, n.17, 2011.
- PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves da. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF, 2004.
- TOLENTINO, Átila Bezerra (org). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João